



Destaques 2025

- Receta Líquida: R\$ 9,7 bilhões em 2025 (-9% vs. 2024)**, redução de 10% nos volumes vendidos, decorrente da menor demanda por veículos comerciais.
- Mercado Externo:** impactos de incertezas sobre tarifas e regulação de emissões (EPA27) na confiança dos compradores de caminhões, e preços de fretes depreciados.
- Mercado Interno:** vendas de caminhões afetadas por taxas de juros, inadimplência e desempenho do agronegócio, mitigada pelo crescimento de dois dígitos do segmento de Reposição e da Unidade de Negócios de Energia & Descarbonização.
- Fluxo de Caixa Operacional: geração de R\$ 915 milhões**, o segundo maior da história da Companhia, impulsionado pela gestão eficiente do capital de giro, desempenho da MVM e pela venda de créditos tributários (IPI).
- EBITDA Ajustado: R\$ 661 milhões (-49% vs. 2024)**, e margem de 6,8% (vs. 12,1%).
- A margem do negócio tradicional**, que compreende componentes estruturais e produtos hidráulicos, atingiu 5% em 2025 (vs. 13% em 2024). A queda nos volumes de venda e produção, com reflexos na eficiência operacional, na diluição de custos e nos indicadores de qualidade, impactou o EBITDA em aproximadamente R\$ 73 milhões no período, parcialmente compensados por reduções de custos e despesas no montante de R\$ 300 milhões e impacto cambial favorável de R\$ 120 milhões. **A margem das operações da MVM** atingiu 10% em 2025 (8% em 2024), refletindo ganhos de produtividade, *mix* de produtos mais favorável, e efeitos recorrentes da reestruturação operacional e administrativa conduzida desde 2024.
- Iniciativas de Redução Estrutural de Capacidade:** alteração do escopo do projeto de redução de capacidade iniciado em 2024 (com término inicialmente previsto para 2025), decorrente de mudanças geopolíticas nos Estados Unidos, com impacto em custos com ociosidade e postergação da captura dos benefícios esperados. Os investimentos em ativos fixos e estoques dispendidos em 2024 e início de 2025 no projeto originalmente previsto totalizaram R\$ 145 milhões.
- Resultado líquido: prejuízo de R\$ 655 milhões** (vs. lucro de R\$ 82 milhões em 2024). Impacto de R\$ 544 milhões decorrentes de iniciativas de reestruturação realizadas e provisionadas ao longo do ano baseadas na execução do projeto de desmobilização de capacidade, conforme estratégia de revisão do footprint e alocação da produção para linhas mais eficientes, composto por (i) reconhecimento de impacto de R\$ 327 milhões, (ii) redução ao valor realizável de estoques no valor de R\$ 40 milhões, (iii) baixa de créditos tributários (IR/CSLL) de R\$ 125 milhões e (iv) gastos com reestruturações no valor de R\$ 52 milhões. Outras iniciativas de otimização e reestruturação resultaram em ganhos de R\$ 45 milhões.
- Dívida Líquida: R\$ 2,2 bilhões, redução de 5% vs. 2024.** A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado atingiu 3,35x, devido ao menor resultado operacional no período.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente de incertezas que impactou a economia global e, consequentemente, os mercados em que atuamos. A implementação de tarifas comerciais contribuiu de forma decisiva para esse cenário, afetando a confiança de empresas, consumidores e gerando pressões inflacionárias. Somado ao adiamento da definição das regras de emissões para veículos comerciais (EPA27), esse contexto levou compradores a postergar a renovação e expansão de suas frotas. Além disso, preços de fretes depreciados - decorrentes do expressivo aumento do oferta no período pós pandemia - pressionaram a rentabilidade das empresas de transporte nos últimos anos, contribuindo para a queda das vendas de caminhões na América do Norte. No mercado *off-road*, incentivos à indústria de *data centers* impulsionaram os setores de construção não residencial e grupos geradores, com consequente aumento na demanda por motores maiores. No Brasil, a combinação de juros elevados, inadimplência recorde e o fraco desempenho do agronegócio reduziu as vendas de veículos comerciais pesados e extrapesados, impactando diretamente o de empenho das Unidades de Negócio de Componentes Estruturais e Contatos de Manufatura. Esse cenário levou a Companhia a promover ajustes relevantes em sua estratégia. Desde o segundo trimestre de 2024, estava em execução um projeto de desmobilização de capacidade, com foco principal nas operações localizadas no México. Trata-se de um processo complexo, que demandou investimentos em ativos imobilizados e estoques que totalizaram 145 milhões. Contudo, diante da nova administração nos Estados Unidos e a adoção de políticas protecionistas, optamos por suspender esse movimento e reavaliar nossa estratégia industrial. A partir do segundo trimestre de 2025, implementamos alterações significativas nesse processo, incluindo o redirecionamento do projeto originalmente previsto e o início de um novo plano de adequação de capacidade a partir do Brasil. Essas mudanças resultaram em custos com ociosidade, além de provocarem atrasos na captura dos benefícios esperados. Em paralelo, seguimos avançando nos novos negócios provenientes da aquisição da MVM, com crescimento de dois dígitos no segmento de Peças de Reposição e da Unidade de Energia & Descarbonização. Apesar da diversificação do nosso portfólio e do relacionamento sólido com clientes - fatores que mitigaram o efeito direto das tarifas - a queda de volumes em mercados relevantes, em alguns casos superior a 25%, refletiu-se nas receitas da Tupy. Os menores volumes também pressionaram as margens, devido à menor diluição de custos fixos, com impactos sobre mão de obra, energia, manutenção e indicadores de qualidade. A receita líquida consolidada totalizou R\$ 9,7 bilhões em 2025, impactada, entre outros fatores, pela redução de 10% no volume físico de vendas, parcialmente mitigada pelo crescimento de 16% na Unidade de Negócios de Energia & Descarbonização e de 12% no segmento de Peças de Reposição e Manutenção, que apresentam baixa correlação com o negócio tradicional, bem como pelo cenário cambial favorável, com a depreciação do Real ante o Dólar quando comparado com 2024 (câmbio médio do ano), tendência que se reverteu a partir do terceiro trimestre. Nesse ambiente desafiador, a alocação de capital assumiu um papel ainda mais relevante. Entre as medidas adotadas para a gestão do capital de giro, destaca-se a redução do volume produzido, que permaneceu abaixo do plano de vendas, com consequente consumo de estoques. Apesar do impacto nas margens, essa estratégia contribuiu para a forte geração de caixa operacional, que atingiu R\$ 915 milhões, a segunda maior da história da Companhia. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 661 milhões, uma redução de 49% na comparação com a margem da MVM e a redução da receita líquida. De efeitos combinados da queda dos volumes de vendas e de produção sobre o EBITDA totalizaram R\$ 580 milhões em relação ao ano anterior. Os menores níveis de produção afetaram também os indicadores de qualidade, resultando em impactos negativos de R\$ 150 milhões no período. O resultado líquido foi um prejuízo de R\$ 655 milhões, afetado, entre outros fatores, pelo ajuste de *impairment* de R\$ 327 milhões, redução ao valor realizável de estoques no valor de R\$ 40 milhões, e baixa de créditos tributários (IR/CSLL) no valor de R\$ 125 milhões, e, além disso, impactos de iniciativas de otimização da capacidade e de realocação da produção para linhas mais eficientes, que contribuíram para o aumento das margens, da geração de caixa e do retorno sobre o capital investido (*ROIIC*). Gastos com reestruturações decorrentes de iniciativas de incremento de eficiência operacional e redução de capacidade, totalizaram R\$ 97 milhões em 2025 (versus R\$ 58 milhões em 2024).

Negócio tradicional: novos contratos e eficiência operacional: Seguimos ampliando nossa participação de mercado por meio de novos contratos nos segmentos de veículos comerciais e *off-road*, com portfólio contratado de R\$ 1,4 bilhão em receitas recorrentes. Ao longo de 2026, iniciaremos a fase de captura dos resultados associados a esse ciclo estratégico, com a entrada gradual de receitas e a expansão de margens. Estimamos faturamento de aproximadamente R\$ 600 milhões no ano decorrente dos novos projetos, que apresentem perfil de rentabilidade superior ao do portfólio histórico. No âmbito da disciplina operacional e da agenda de retorno sobre o capital, avançamos na reorganização industrial das plantas adquiridas. O redesenho do *footprint* resultará em uma redução aproximada de 25% da capacidade instalada em relação ao ambiente de volumes desafiado, a margem EBITDA Ajustado da MVM atingiu 10% em 2025, com expansão de 200 pontos - base de comparação anual. Esse avanço decorre de melhorias estruturais de eficiência nas linhas, racionalização de processos, redução de custos e melhoria do *mix* de produtos, demonstrando a capacidade de resiliência e de expansão de margens, a despeito dos ciclos de mercado. O segmento de reposição, com características anticíclicas e margens superiores às do negócio tradicional, apresentou crescimento de 12% no ano. As linhas "Masterparts" e "Opcionais" avançaram mais de 40% e já representam 20% das vendas desta Unidade, evidenciando a evolução consistente do portfólio e a maior recorrência de receita. Lançamentos de produtos e a abertura de novos canais de distribuição sustentaram o melhor desempenho histórico dessa operação. Preparando a Unidade para um novo ciclo de crescimento com maior eficiência logística e escalabilidade, concluímos a reorganização do Centro de Distribuição de Peças em Jundiá-SP, ampliando sua capacidade em 26%. A verticalização da operação foi determinante para o ganho de produtividade de 35%, reforçando nossa capacidade de combinar crescimento com rentabilidade. Na Unidade de Energia & Descarbonização, as vendas de grupos geradores - responsáveis por 64% do faturamento do segmento - cresceram 18% em 2025. Ganhos de escala, disciplina operacional e melhoria do *mix* contribuíram para a expansão da rentabilidade, consolidando o posicionamento da Companhia em soluções voltadas à transição energética. Novos negócios relacionados à cadeia de biocombustíveis, como transformação veicular e biogás, alcançaram faturamento de R\$/32 milhões em 2025. No negócio de transformação veicular, a MVM fortaleceu sua atuação na descarbonização do transporte no Brasil, ampliando parcerias estratégicas e expandindo a oferta de motores a biocombustíveis e a gás natural para veículos zero quilômetro. Trata-se de uma agenda alinhada às tendências regulatórias e à demanda do mercado, com potencial de crescimento estrutural. Avançamos também na estratégia de biocombustíveis e economia circular. Iniciamos a operação da Bioplanta de Ouro Verde do Oeste (PR) e seguimos com o licenciamento e a implantação das unidades de Dinópolis (MG) e Seara (SC). A conclusão desses projetos ampliará nossa capacidade de escalabilidade na cadeia de proteína, com potencial de geração de receitas recorrentes e maior diversificação do portfólio. Apesar das incertezas macroeconômicas de curto prazo, observamos a destinação de recursos da indústria para a expansão da capacidade de produção de motores com

MVM: diversificação, resiliência e expansão estrutural das margens: A MVM consolidou-se em um dos principais vetores de diversificação e resiliência da Companhia, ampliando a exposição a segmentos menos cíclicos e com maior potencial de geração de valor. Em 2025, representou 27% da receita líquida consolidada, totalizando R\$ 2,6 bilhões. A retração de 3% em relação a 2024 refletiu, principalmente, o menor volume de produção de veículos comerciais no Brasil e seus impactos sobre a receita de Contratos de Manufatura, parcialmente compensados pelo desempenho robusto dos negócios de Reposição e Energia & Descarbonização. Mesmo em um ambiente de volumes desafiado, a margem EBITDA Ajustado da MVM atingiu 10% em 2025, com expansão de 200 pontos - base de comparação anual. Esse avanço decorre de melhorias estruturais de eficiência nas linhas, racionalização de processos, redução de custos e melhoria do *mix* de produtos, demonstrando a capacidade de resiliência e de expansão de margens, a despeito dos ciclos de mercado. O segmento de reposição, com características anticíclicas e margens superiores às do negócio tradicional, apresentou crescimento de 12% no ano. As linhas "Masterparts" e "Opcionais" avançaram mais de 40% e já representam 20% das vendas desta Unidade, evidenciando a evolução consistente do portfólio e a maior recorrência de receita. Lançamentos de produtos e a abertura de novos canais de distribuição sustentaram o melhor desempenho histórico dessa operação. Preparando a Unidade para um novo ciclo de crescimento com maior eficiência logística e escalabilidade, concluímos a reorganização do Centro de Distribuição de Peças em Jundiá-SP, ampliando sua capacidade em 26%. A verticalização da operação foi determinante para o ganho de produtividade de 35%, reforçando nossa capacidade de combinar crescimento com rentabilidade. Na Unidade de Energia & Descarbonização, as vendas de grupos geradores - responsáveis por 64% do faturamento do segmento - cresceram 18% em 2025. Ganhos de escala, disciplina operacional e melhoria do *mix* contribuíram para a expansão da rentabilidade, consolidando o posicionamento da Companhia em soluções voltadas à transição energética. Novos negócios relacionados à cadeia de biocombustíveis, como transformação veicular e biogás, alcançaram faturamento de R\$/32 milhões em 2025. No negócio de transformação veicular, a MVM fortaleceu sua atuação na descarbonização do transporte no Brasil, ampliando parcerias estratégicas e expandindo a oferta de motores a biocombustíveis e a gás natural para veículos zero quilômetro. Trata-se de uma agenda alinhada às tendências regulatórias e à demanda do mercado, com potencial de crescimento estrutural. Avançamos também na estratégia de biocombustíveis e economia circular. Iniciamos a operação da Bioplanta de Ouro Verde do Oeste (PR) e seguimos com o licenciamento e a implantação das unidades de Dinópolis (MG) e Seara (SC). A conclusão desses projetos ampliará nossa capacidade de escalabilidade na cadeia de proteína, com potencial de geração de receitas recorrentes e maior diversificação do portfólio. Apesar das incertezas macroeconômicas de curto prazo, observamos a destinação de recursos da indústria para a expansão da capacidade de produção de motores com

vencionais e a retomada de programas que haviam sido descontinuados, com reflexos positivos para nossos volumes. Indicadores do segmento de fretes nos Estados Unidos sinalizam uma recuperação gradual, já refletida nas projeções públicas de nossos clientes. Nesse contexto, esperamos um crescimento superior ao do mercado, impulsionado pelo início dos novos projetos já contratados. As Unidades de Contratos de Manufatura, Energia & Descarbonização e Distribuição devem apresentar crescimento relevante, sustentado por novas parcerias e pela ampliação do portfólio de produtos e serviços.

RELATÓRIO ANUAL

SÍNTESE DE RESULTADOS

Consolidado (R\$ Mil)				
Resumo	2025	2024	Var. (%)	
Receitas	9.692.948	10.665.110	-9,1%	
Custo dos produtos vendidos	(8.469.797)	(8.738.519)	-3,1%	
Lucro Bruto	1.223.151	1.926.591	-36,5%	
% sobre as Receitas	12,6%	18,1%		
Despesas operacionais	(936.678)	(1.011.320)	-7,4%	
Outras receitas (despesas) operacionais	(435.919)	(347.134)	25,6%	
Depreciação de ativos não operacionais	(7.035)	(8.470)	-16,9%	
Lucro (prej.) antes do Resultado Financ.	(156.481)	559.667	-	
% sobre as Receitas	-	5,2%		
Resultado financeiro líquido	(296.860)	(300.539)	-1,2%	
Lucro (prej.) antes dos Efeitos Fiscais	(453.341)	259.128	-	
% sobre as Receitas	-	2,4%		
Imposto de renda e Contrib. Social	(201.211)	(176.688)	13,9%	
Lucro (prej.) Líquido	(654.552)	82.440	-	
% sobre as Receitas	-	0,8%		
EBITDA (Resolução CVM 156/22)	225.013	946.765	-76,2%	
% sobre as Receitas	2,3%	8,9%		
EBITDA Ajustado	660.932	1.293.899	-48,9%	
% sobre as Receitas	6,8%	12,1%		
Taxa de câmbio média (BRL/USD)	5,59	5,39	3,6%	
Taxa de câmbio média (BRL/EUR)	6,31	5,83	8,2%	

As receitas totalizaram aproximadamente R\$ 10 bilhões em 2025, queda de 9% em relação a 2024. O crescimento das receitas das Unidades de Negócio de Distribuição e Energia & Descarbonização e a depreciação do Real frente ao Dólar Norte-Americano mitigaram o efeito da queda de aproximadamente 10% do volume físico de vendas.

Consolidado (R\$ Mil)				
Receitas	2025	2024	Var. (%)	
Mercado Interno	9.692.948	10.665.110	-9,1%	
Participação %	3.972.079	4.165.743	-4,6%	
Participação %	41,0%	39,1%		
Mercado Externo	5.720.869	6.499.367	-12,0%	
Participação %	59,0%	60,9%		
Receitas por segmento	6.692.948	10.665.110	-9,1%	
Componentes Estruturais e Contratos de Manufatura	8.080.453	9.190.914	-12,1%	
Participação %	82,4%	86,2%		
Energia e Descarbonização	780.987	674.361	15,8%	
Participação %	8,1%	6,3%		
Distribuição	831.506	799.835	4,0%	
Participação %	8,6%	7,5%		
Peças de reposição	567.375	507.814	11,7%	
Participação %	5,9%	4,8%		
Produtos hidráulicos	264.333	292.021	-9,5%	
Participação %	2,7%	2,7%		

Em 2025, a América do Norte foi responsável por 37,3% das receitas da Companhia. Por sua vez, as Américas do Sul e Central representaram 44% e a Europa, 16%. Os demais 3% foram provenientes da Ásia, África e Oceania. **As Unidades de Negócios de Componentes Estruturais e Contratos de Manufatura** representaram 82% do faturamento total da Companhia. As receitas oriundas do mercado interno recuaram 13%, impactadas principalmente pela retração de 12% na produção de caminhões no país (queda de 24% na categoria caminhões pesados), parcialmente mitigada pelo desempenho nas vendas para aplicações *off-road*. No mercado externo, as receitas reduziram 12% na comparação anual. O desempenho refletiu, principalmente, o menor volume de vendas observado nas aplicações para veículos comerciais no mercado norte-americano. Incertezas geopolíticas e regulatórias, em conjunto com indicadores setoriais como preços de fretes e níveis de ocupação depreciados impactaram a demanda por veículos comerciais, uma vez que companhias de logística optaram por postergar a renovação e ampliação das suas frotas. As vendas oriundas para aplicações *off-road* têm se beneficiado especialmente pelo aumento da demanda por máquinas e equipamentos utilizados no segmento de construção não residencial. As receitas da **Unidade de Energia & Descarbonização**, que correspondem a 8% do faturamento da Companhia em 2025, apresentaram crescimento de 16%, impactadas principalmente pelo aumento de 18% nas vendas de grupo geradores. Por sua vez, as receitas da **Unidade de Negócio de Distribuição**, composta por Peças de Reposição (*Atramarket*) e Produtos Hidráulicos (conexões e perfis em ferro), apresentaram aumento de 4%. O desempenho no núcleo de Peças de Reposição apresentou crescimento de 12%, impactado pelo lançamento dos novos produtos das linhas "Masterparts" (produtos multimarcas) e "Opcionais" (linhas mais competitivas para produtos da marca MVM) - que registraram expansão de aproximadamente 40% em 2025.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV), em 2025, totalizou R\$ 8 bilhões, montante 3% inferior ao de 2024. A margem bruta atingiu 12,6% (18% no ano anterior).

Consolidado (R\$ Mil)				
Receitas	2025	2024	Var. (%)	
Receitas	9.692.948	10.665.110	-9,1%	
Custo dos produtos vendidos	(8.469.797)	(8.738.519)	-3,1%	
Matéria-prima	(4.937.599)	(5.298.767)	-6,1%	
Mão de obra, part. nos resultados e benefícios sociais	(1.860.203)	(1.828.353)	1,7%	
Materiais de manutenção e terceiros	(667.185)	(677.368)	-1,5%	
Energia	(424.521)	(444.257)	-4,4%	
Depreciação e amortização	(339.453)	(343.675)	-1,2%	
Outros	(200.836)	(146.101)	37,5%	
Lucro bruto	1.223.151	1.926.591	-36,5%	
% sobre as Receitas	12,6%	18,1%		
Despesas operacionais	(936.678)	(1.011.320)	-7,4%	
% sobre as Receitas	9,7%	9,5%		

A queda dos volumes de produção e vendas resultaram na menor diluição de custos fixos, impactando também indicadores de qualidade, com reflexos negativos no resultado operacional. Esses fatores foram parcialmente mitigados por diversas iniciativas de redução de custos, ganhos de produtividade e captura de sinergias ao longo de 2025, que totalizaram R\$ 300 milhões.

- Matéria-prima: redução decorrente do menor volume do período e depreciação cambial, contraposta pela inflação de materiais;
- Mão de obra: aumento oriundo principalmente da inflação (reajuste salarial anual), mitigado por iniciativas de redução de mão de obra direta, relacionadas aos menor volumes de produção e projetos de eficiência operacional;
- Manutenção e serviços de terceiros: redução decorrente de renegociações com fornecedores, compensando parcialmente a inflação;
- Energia: redução oriunda, principalmente, do menor volume de vendas. Observou-se maior utilização de fontes elétricas no período, tendo como contrapartida ganhos em outras linhas de custos;
- Outros custos operacionais: alta influenciada, sobretudo, por despesas com movimentação de produtos e materiais, projetos de engenharia de motores, locações e inativos de saúde e segurança. A base de comparação (2024) foi afetada por ganhos não recorrentes (recuperação de lucros cessantes, reversão de baixa de ativos, entre outros).

As despesas operacionais apresentaram queda de 7% em relação ao ano anterior. A comparação anual refletiu o menor volume de vendas e, por consequência, menores despesas logísticas, renegociação com fornecedores e ganhos de eficiência, além de um patamar mais elevado de preços de fretes em 2024, devido a gargalos logísticos.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

O resultado da conta de Outras Receitas (Despesas) operacionais líquidas correspondeu a uma despesa de R\$ 436 milhões em 2025, ante R\$ 347 milhões em 2024.

Consolidado (R\$ Mil)				
Constituição e atualização de provisões	2025	2024	Var. (%)	
Constituição e atualização de provisões	(138.287)	(85.901)	61,0%	
Resarcimento de sinistro México	-	25.894	-	
Gastos com reestruturações	(96.886)	(57.755)	67,8%	
Venda crédito prêmio IPI	173.500	-	-	
Baixa de bens do imobilizado, inservíveis e outros	(7.067)	(41.239)	-82,9%	
Reversão <i>impairment</i> C/MS	-	61.993	-	
<i>Impairment</i> imobilizado	(324.791)	(219.614)	47,9%	
<i>Impairment</i> intangível	(2.493)	(30.512)	-91,8%	
Redução ao valor realizável estoques	(39.895)	-	-	
Outras receitas (despesas) operacionais	(435.919)	(347.134)	25,6%	
Depreciação de ativos não operacionais	(7.035)	(8.470)	-16,9%	

A linha de "Constituição e atualização de provisões" inclui, entre outros itens, constituição de

contingência, sem efeito caixa, no valor de R\$ 42 milhões, referente a processos administrativos sobre créditos tributários adicionais ao Reintegra, após a revisão do prognóstico de perda para "provdável". A Companhia realizou a venda de crédito-prêmio de IPI, por meio de cessão de direitos, com efeito caixa, no valor de R\$ 174 milhões. O benefício fiscal refere-se às exportações efetuadas em anos anteriores, cujo direito de utilização foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado. Os gastos com reestruturações atingiram R\$ 97 milhões, decorrentes de iniciativas de incremento de eficiência operacional, valor que compreende provisões de R\$ 52 milhões referentes ao projeto de redução de capacidade. O plano de sinergias da Companhia decorrente das aquisições, previa, entre outras iniciativas, a realocação da produção para linhas mais eficientes. Dessa forma, a Companhia reduziu a sua capacidade de produção. Neste contexto, foi realizado teste de *impairment* de ativos imobilizados e intangíveis, resultando em ajustes de R\$ 250 milhões em 2024. Fatores geopolíticos, com reflexo na estratégia dos clientes, levaram a Companhia, a partir do segundo trimestre de 2025, a promover alterações significativas nesse processo, incluindo o redirecionamento do projeto originalmente previsto e o início de um novo plano de adequação de capacidade a partir do Brasil. Como parte deste processo, que terá como resultado a redução de custos fixos e necessidade de investimentos em ativos e capital de giro, foi realizado *impairment* de ativos imobilizados e intangíveis, no valor de R\$ 327 milhões, e a redução de R\$ 40 milhões no valor realizável de estoques, vinculados ao processo de desmobilização da capacidade de produção e alocação para linhas mais eficientes.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido de 2025 consistiu em despesa de R\$ 297 milhões, ante despesa de R\$ 301 milhões em 2024.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2025	2024	Var. (%)
Despesas financeiras	(442.574)	(400.941)	10,4%
Receitas financeiras	149.796	152.067	-1,5%
Variações monetárias e cambiais líquidas	(4.109)	(51.665)	-92,0%
Resultado Financeiro Líquido	(296.860)	(300.539)	-1,2%

O aumento das despesas financeiras ao longo de 2025 deve-se, principalmente, ao aumento das taxas de juros no Brasil e seus efeitos sobre dívidas em moeda local, parcialmente compensado pela redução do endividamento, com a amortização de R\$ 366 milhões ao longo do primeiro semestre. O resultado também foi influenciado pelo reconhecimento integral das despesas do *wavier* para flexibilização dos *covenants* das debêntures, aprovado em assembleia de debenturistas realizada em dezembro de 2025. As receitas financeiras do período atingiram R\$ 150 milhões. A redução em relação ao ano anterior deve-se ao menor saldo de caixa médio em Real, parcialmente compensado pelo aumento das taxas de juros que remuneraram as aplicações financeiras. As variações monetárias e cambiais líquidas, no valor de R\$ 4 milhões, são decorrentes de (i) resultado de operações de *hedge*, correspondente à retração de R\$ 41 milhões, sendo R\$ 26 milhões oriundos de marcação a mercado e R\$ 15 milhões provenientes de operações de liquidez; e (ii) variações negativas nas contas do balanço patrimonial, no valor de R\$ 45 milhões.

LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS FISCAIS E LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

O prejuízo líquido da Companhia no exercício foi de R\$ 655 milhões. O desempenho foi impactado pelo resultado operacional, perdas contábeis de R\$ 367 milhões em ativos imobilizados, intangíveis e estoques, e R\$ 125 milhões em créditos tributários (IR/CSLL), vinculadas ao processo de continuidade de redução de capacidade de produção e redirecionamento para linhas mais eficientes, tendo como contrapartida redução de custos fixos, maior eficiência operacional e otimização de investimentos em estoques e ativos fixos. A comparação anual foi parcialmente mitigada por efeitos cambiais sobre a base tributária, que totalizaram R\$ 44 milhões em 2025, ante resultado negativo de R\$ 100 milhões no ano anterior.

Consolidado (R\$ Mil)			
Lucro (prejuízo) antes dos Efeitos Fiscais	2025	2024	Var. (%)
Lucro (prejuízo) antes dos Efeitos Fiscais	(453.341)	259.128	-
Efeitos fiscais antes de impactos cambiais	(244.999)	(76.489)	220,3%
Lucro (prejuízo) antes dos Efeitos cambiais sobre base tributária	(698.340)	182.639	-
Efeitos cambiais sobre base tributária	43.788	(100.199)	-
Lucro (prejuízo) Líquido	(654.552)	82.440	-

Nota: "As bases tributárias dos ativos e passivos das empresas localizadas no México, onde a moeda funcional é o Dólar norte-americano, são mantidas em Pesos Mexicanos. As flutuações na taxa de câmbio modificam as bases tributárias e, consequentemente, efeitos cambiais são reconhecidos como receitas e/ou despesas de Imposto de Renda diferido.

EBITDA

A combinação dos fatores supramencionados resultou em EBITDA CVM de R\$ 225 milhões e EBITDA Ajustado de R\$ 661 milhões, margem de 6,8% em relação à receita líquida.

Consolidado (R\$ Mil)				
Reconhecimento do Lucro (Prejuízo) Líquido com EBITDA	2025	2024	Var. (%)	
Lucro (prejuízo) Líquido do Período	(654.552)	82.440	-	
(a) Resultado Financeiro Líquido	296.860	300.539	-1,2%	
(b) Imposto de Renda e Contribuição Social	201.211	176.688	13,9%	
(c) Depreciações e amortizações	381.494	397		

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Controladora com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

Ativo	dez/25	dez/24
Tupy México Satlito, S.A. de C.V.	400.865	492.711
Tupy Materials & Components B.V.	202.312	232.568
Tupy American Foundry Co.	90.469	19.209
Tupy Minas Gerais Ltda.	38.514	127.706
MWM Tupy do Brasil Ltda.	19.789	11.091
Technocast, S.A. de C.V.	18.359	16.473
Tupy Europe GmbH	15.490	7.045
Funrap - Fundação Portuguesa S.A.	14.370	41.958
Titulos a receber e outros	1.982	1.982
MWM Tupy do Brasil Ltda.	52.214	150.000
Tupy Minas Gerais Ltda.	32.214	150.000
	20.000	-
	453.099	608.271
Passivo	dez/25	dez/24
Financiamentos e empréstimos	1.393.632	1.275.551
Tupy Netherlands Finance B.V.	1.238.136	1.233.968
Tupy Europe GmbH	99.089	42.663
Tupy Materials & Components B.V.	56.407	-
Titulos a pagar e outros	18.264	16.185
Tupy Minas Gerais Ltda.	8.309	9.102
Tupy Europe GmbH	4.564	2.045
Tupy American Foundry Co.	4.006	3.072
Tupy México Satlito S.A. de C.V.	867	1.055
MWM Tupy do Brasil Ltda.	518	2.221
Technocast, S.A. de C.V.	330	869
Partes relacionadas (mútuo)	464	4.428
Tupy Agroenergética Ltda.	464	4.428
Demonstração do resultado	2025	2024
Receitas	1.896.190	2.504.038
Tupy American Foundry Corporation	619.539	967.810
Tupy Materials & Components B.V.	338.789	398.789
Tupy México Satlito, S.A. de C.V.	294.521	540.156
MWM Tupy do Brasil Ltda.	260.715	291.884
Tupy Europe GmbH	126.506	345.894
Technocast, S.A. de C.V.	7.027	-
Tupy Minas Gerais Ltda.	64	16
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	68.621	22.425
Tupy Europe GmbH	16.596	11.253
Tupy México Satlito, S.A. de C.V.	14.213	3.419
Tupy Materials & Components B.V.	8.987	1.240
Tupy Minas Gerais Ltda.	7.985	-
FUNRAP – Fundação Portuguesa, S.A.	7.480	9.570
Tupy American Foundry Corporation	6.860	-
Technocast, S.A. de C.V.	2.057	3.489
MWM Tupy do Brasil Ltda.	63	-
Despesa financeira	(81.536)	(83.427)
Tupy Netherlands Finance B.V.	(81.052)	(81.052)
Tupy Europe GmbH	(2.100)	(2.375)
Tupy Material & Components B.V.	(1.363)	-
	1.866.275	2.433.036

12. INVESTIMENTOS

a. Composição dos investimentos

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (Goodwill/ Mais Valia)	Lucro (prejuízo)	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)	
Em 31 de dezembro de 2025								
Investimentos em controladas								
Tupy Materials & Components B.V. (**)	6.088.247	2.865.011	10.714	65.198	100,00	102.113	2.856.211	
Tupy Minas Gerais Ltda.	348.016	(283.841)	-	45.199	(764.178)	100,00	(762.599)	(241.457)
MWM Tupy do Brasil Ltda.	1.749.288	1.165.240	183.835	210.075	100,00	210.075	1.349.075	
Tupy Agroenergética Ltda.	11.896	9.222	-	902	100,00	902	9.222	
Sociedade Técnica de Fundações Gerais S.A. - Sofimage "em liquidação"	12.595	6.488	-	(1.228)	100,00	(1.228)	6.488	
						(450.737)	3.779.539	

(**) Ajustado pelos lucros não realizados.

(***) Controladora das operações de mercado externo.

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (Goodwill/ Mais Valia)	Lucro (prejuízo)	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)	
Em 31 de dezembro de 2024								
Investimentos em controladas								
Tupy Materials & Components B.V. (**)	7.095.142	3.000.568	10.714	(94.517)	100,00	(78.806)	2.905.187	
Tupy Minas Gerais Ltda.	891.691	460.340	-	45.199	(128.074)	100,00	(118.305)	500.297
MWM Tupy do Brasil Ltda.	1.969.736	1.180.933	192.138	241.396	100,00	241.396	1.373.071	
Tupy Agroenergética Ltda.	14.302	8.319	-	(4.704)	100,00	(4.704)	8.319	
Sociedade Técnica de Fundações Gerais S.A. - Sofimage "em liquidação"	11.515	7.717	-	665	100,00	665	7.717	
						40.246	4.794.591	

(**) Ajustado pelos lucros não realizados.

(***) Controladora das operações de mercado externo.

b. Movimentação dos investimentos

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (Goodwill/ Mais Valia)	Lucro (prejuízo)	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2023							
Participação no resultado das controladas	40.246	4.126.332	-	-	-	-	4.126.332
Impairment goodwill	(30.512)	(30.512)	-	-	-	-	(30.512)
Variação cambial em investimentos no exterior	565.630	565.630	-	-	-	-	565.630
Variação da mais valia	(8.305)	(8.305)	-	-	-	-	(8.305)
Aumento de capital Tupy Minas Gerais Ltda.	350.000	350.000	-	-	-	-	350.000
Redução de capital MWM Tupy do Brasil Ltda.	(100.000)	(100.000)	-	-	-	-	(100.000)
JCP e dividendos recebidos	(150.000)	(150.000)	-	-	-	-	(150.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.794.591	(450.737)					(450.737)
Participação no resultado das controladas	4.794.591	(450.737)	-	-	-	-	(450.737)
Variação cambial de investidas no exterior	(292.589)	(292.589)	-	-	-	-	(292.589)
Aumento de mais valia	(8.307)	(8.307)	-	-	-	-	(8.307)
Realização de capital Tupy Minas Gerais Ltda.	20.000	20.000	-	-	-	-	20.000
JCP e dividendos recebidos	(283.409)	(283.409)	-	-	-	-	(283.409)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.779.539	(30.512)					(30.512)

O resultado da equivalência patrimonial é reconhecido no resultado do exercício e a variação cambial em investimentos no exterior é reconhecida no resultado abrangente e compõe o saldo da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Tupy Materials & Components B.V.:

Em 27 de fevereiro de 2025 foi aprovada a distribuição de dividendos de até USD 10,0 milhões da Tupy Materials & Components B.V. para a Tupy S.A. As liquidações ocorreram em 08 de abril no montante de R\$ 47.494 (equivalentes a USD 8,0 milhões) e em 08 de julho no valor de R\$ 10.915

13. IMOBILIZADO

a. Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Direito uso de ativos	Imobilizações em andamento	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.957.054	408.549	8.948	35.269	7.141	25.980	188.787	2.631.728
Adições	156.928	19.690	-	5.990	593	4.913	(34.696)	153.418
Baixas	(31.488)	(510)	-	(2.036)	(43)	(5.995)	-	(40.072)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.082.494	427.729	8.948	39.223	7.691	24.898	154.091	2.745.074
Adições	164.490	19.128	-	3.076	978	6.294	2.119	196.065
Baixas	(8.820)	-	-	(91)	(76)	(6.032)	-	(15.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.238.164	446.857	8.948	42.208	8.593	25.160	156.210	2.926.140
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.527.052)	(217.490)	-	(17.781)	(3.616)	(8.545)	-	(1.774.484)
Depreciação no período	(114.231)	(12.680)	-	(2.852)	(622)	(9.420)	-	(139.553)
Baixas	26.704	1.815	-	1.915	49	80.000	-	83.125
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.614.639)	(229.660)	-	(18.620)	(4.101)	(13.072)	-	(1.880.092)
Depreciação no período	(126.365)	(13.675)	-	(3.358)	(543)	(9.591)	-	(153.523)
Baixas	7.116	-	-	-	78	71	-	13.083
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.733.888)	(243.335)	-	(21.900)	(4.573)	(16.945)	-	(2.020.541)
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2024	467.855	198.069	8.948	20.603	3.590	11.826	154.091	864.962
Em 31 de dezembro de 2025	504.276	203.522	8.948	20.308	4.020	8.315	156.210	905.599

b. Movimentação dos investimentos

Controladora	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Direito uso de ativos	Imobilizações em andamento	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.033.375	1.508.157	339.935	43.826	127.838	136.421	582.543	8.772.095
Adições	438.264	69.804	9.536	6.219	7.507	13.599	(87.278)	457.551
Efeito conversão moeda apresentação	804.179	192.317	20.822	956	12.471	45.503	82.766	1.159.014
Impairment	(219.614)	-	-	-	-	-	-	(219.614)
Baixas	(453.134)	(1.920)	-	(3.923)	(7.021)	(25.893)	-	(491.891)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.603.070	1.768.358	370.293	47.078	140.795	169.630	578.031	9.677.255
Adições	327.427	32.150	-	4.158	9.269	43.422	44.984	461.410
Efeito conversão moeda apresentação	(304.664)	(84.822)	(10.186)	(317)	(3.568)	(8.793)	(36.488)	(484.838)
Impairment	(208.472)	(60.411)	-	(2.036)	(10.252)	(6.564)	(37.056)	(324.791)
Baixas	(68.278)	(5.464)	-	(890)	(12.941)	(67.062)	-	(154.625)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.313.083	1.649.811	360.107	48.003	123.303	130.633	548.471	9.174.411
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.834.080)	(952.083)	-	(24.030)	(101.061)	(68.128)	-	(5.979.382)
Depreciação no período	(275.152)	(45.318)	-	(3.594)	(8.152)	(32.909)	-	(336.123)
Efeito conversão moeda apresentação	(669.095)	(133.646)	-	(630)	(11.011)	(38.647)	-	(853.029)
Baixas	425.019	1.511	-	3.564	6.696	24.240	-	461.030
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.353.308)	(1.129.534)	-	(24.690)	(113.528)	(115.444)	-	(6.736.504)
Depreciação no período	(254.864)	(50.350)	-	(4.170)	(8.912)	(40.724)	-	(359.200)
Efeito conversão moeda apresentação	258.123	56.049	-	194	3.152	3.110	-	320.628
Baixas	(53.927)	(5.189)	-	847	12.193	53.486	-	125.642
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(5.296.122)	(1.118.664)	-	(27.819)	(107.095)	(99.572)	-	(6.649.254)
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2024	1.249.762	638.624	370.293	22.388	27.267	54.186	578.031	2.940.751
Em 31 de dezembro de 2025	1.016.961	531.165	360.107	20.184	16.208	31.061	549.471	2.525.151

Imobilizações em andamento contemplam vários investimentos na sustentação da capacidade, meio ambiente, segurança do produto e desenvolvimento de projetos estratégicos.

b. Impairment de ativos não financeiros:

Com o aumento da capacidade produtiva global da Companhia, após recentes aquisições, estudos foram realizados para a realocação de produtos e a descontinuação de ativos menos eficientes. Neste contexto, uma das plantas localizadas no México foi reidentificada e ter produtos relacionados e sua capacidade de operação, a partir de 2025, foi reduzida, passando a operar com capacidade ociosa. Ao longo de 2024, a Companhia realizou teste de impairment para avaliar a capacidade de realização de seus ativos físicos, na nova configuração de capacidade, tendo como resultado identificado ajuste de valor de R\$ 219.614 (nota 13) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Fatores geopolíticos, com reflexos na estratégia dos clientes levaram a Companhia, a partir do segundo trimestre de 2025, a promover alterações significativas nesse processo, incluindo o redirecionamento do projeto originalmente previsto e o início de um novo plano de adequação de capacidade a partir do Brasil. Neste contexto o teste, realizado para avaliar o impairment em uma das plantas localizadas no México. Como resultado do teste, foi identificado necessidade de ajuste da ordem de R\$ 324.791. Referido valor foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício de 2025, dentro da linha "outras despesas operacionais", conforme previsto no CPC 01 (R1), item 60. Os ativos afetados não estavam registrados de acordo com o modelo de avaliação, a perda foi integralmente reconhecida no resultado. A unidade geradora de caixa (UGC) testada integra o segmento de componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização da Companhia e abrange todos os ativos operacionais da planta, incluindo máquinas e equipamentos, edificações, móveis e utensílios e veículos. As projeções evidenciam deterioração da capacidade de recuperação econômica da planta. A metodologia para mensuração

continuação

de dezembro de 2024 (R\$ 332.788). • **Auto de infração** lavrado pela Sefaz/SP em razão de suposta ilegalidade na transferência de saldo credor do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Interestadual de comunicação e de energia elétrica (ICMS-T), entre as unidades de São Paulo e Mauá. A Companhia defende no processo administrativo que a transferência era permitida pela legislação, visto que ocorreu após: (a) o encerramento da centralização de apuração do ICMS na unidade de São Paulo; e (b) conclusão dos movimentos de incorporação da Tupy Fundições Ltda. pela Tupy S.A. Por fim, evidencia-se o manifesto desferido em conformidade à legislação tributária pelo fisco paulista ao glossar o saldo credor de ICMS transcrito, exemplificando-se de modo relevante e impar multa alegando o registro indevido do saldo credor. Os débitos atualizados representam R\$ 165.878, em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 157.528). Em todos os processos, a Companhia tem demonstrado a pertinência dos creditamentos realizados em atendimento à legislação tributária. **v. Débitos fiscais prescritos:** Cobranças fiscais administrativas e judiciais promovidas pela União relativas a supostas compensações de débitos com Crédito-Premio de IPI. A Companhia está de acordo com os processos e a evidência e judicial, arguindo a prescrição dos referidos débitos, nos termos da jurisprudence dos tribunais superiores. O processo mais relevante tem por objeto a restituição de Crédito-Premio de Imposto sobre Produtos Industrializados, cujo direito foi reconhecido, entre janeiro e abril de 1985, em decisão judicial transitada em julgado exarada na Ação Ordinária nº 87.000671-8. Diante das decisões adversas da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento ("DRJ") e, mais recentemente, do CARF, pode-se inferir que o presente processo representa potencial contingência passiva relativamente às compensações que foram realizadas com o crédito objeto do referido processo (o que não foram homologadas pela RFB). Outra parcela dos débitos foi quitada na anistia fiscal da Medida Provisória nº 470/2009 ("MP470"), outra parte dos débitos não foi quitada por serem considerados prescritos à época da adesão à anistia. Os débitos atualizados representam R\$ 184.264 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 159.939). **v. Processos de natureza previdenciária:** Processos administrativos e judiciais, dos anos de 1998 e 2002, de iniciativa da Receita Federal do Brasil, preponderantemente relacionados à contribuição previdenciária denominada Risco Ambiental do Trabalho, bem como relacionados à supostos débitos relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento e devidos por prestadores de serviço (responsabilidade subsidiária). Em todos os processos, a Companhia demonstra que os procedimentos fiscais adotados estão em plena conformidade com a legislação tributária. A variação, além do efeito da variação monetária, se refere a débitos previdenciários excluídos de anistia fiscal pelo fisco federal. Os dois processos mais relevantes tratam-se de evasão fiscal e auto de infração, que tem por objeto a cobrança de adicional de Riscos Ambientais do Trabalho ("adicional de RAT"), por suposta omissão de pagamentos de empregados a ruidos acima dos níveis de tolerância. A Companhia sustenta a evidência e arguição analítica, de que os ruidos a que seus empregados estão expostos, com o uso dos equipamentos de proteção individual ("EPI"), estão dentro dos níveis permitidos, e o uso da proteção efetiva inibe efeitos os extra-adiquados suscitados pelo fisco, em conformidade com os laudos técnicos apresentados nos autos. O montante total envolvido corresponde à R\$ 114.635, atualizado até 31 de dezembro de 2025 (R\$ 107.064, atualizado até 31 de dezembro de 2024). **vi. Processos de natureza trabalhista:** São processos movidos por ex-empregados em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia. A variação decorre de novas ações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados em desfavor da Companhia, de alteração de probabilidade de perda de processos já existentes reabertos e status dos processos e de atualizações de valores das condenações. O encerramento em 2025 de 13 processos em 31 de dezembro de 2024 ocasionado pelo ingresso de novas ações trabalhistas e, processos que estão em fase recursal em que a decisão de instâncias inferiores foram favoráveis à Tupy. **vii. Processo de natureza cível:** Os processos civis versam, em geral, sobre controvérsias com ex-fornecedores da Companhia.

25. TÍTULOS A PAGAR E OUTROS

Títulos a pagar e outros são compostos, principalmente, por provisões de serviços contratados com terceiros e de despesas operacionais relacionadas com problemas de qualidade dos produtos da Companhia. Para fazer frente a gastos de implementação do projeto de ajuste de capacidade, iniciado no segundo trimestre de 2025, que resultou nas provisões de *impairment* de ativos, a Companhia constituiu provisão da ordem de R\$ 52.331. (nota 30).

26. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

a) Capital social

	dez/25	dez/24
Composição do capital social em quantidade de ações	Quantidade	%
Acionistas não controladores		
BNDES Participações S.A. – BNDES PAR.	40.645.370	30,7%
Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.	35.788.136	27,0%
Trigono Capital Ltda. (*)	8.736.700	6,6%
Demais acionistas	45.825.884	34,6%
Administradores	81.666	0,1%
Ações em tesouraria	1.372.659	1,0%
Total de ações em circulação	132.450.415	100,0%

(*) A quantidade de ações está baseada nas comunicações enviadas pelo acionista em conformidade com a Resolução 44 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Normativo Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daqueles constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado. Conforme comunicado ao mercado divulgado em 05 e 20 de janeiro de 2026, ocorreram alterações relevantes na composição acionária no início de 2026. A participação da Charles River Capital passou a representar 5,36% do capital social, enquanto a Trigono Capital passou a deter 4,98% das ações da Companhia. **b) Recupera de ações:** Em 14 de maio de 2025 encerrou o plano de recompra de ações, autorizado em 04 de dezembro de 2024 pelo Conselho de Administração da Companhia.

	dez/25	dez/24
Composição do capital social em quantidade de ações	Quantidade	%
Acionistas não controladores		
BNDES Participações S.A. – BNDES PAR.	40.645.370	30,7%
Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.	35.788.136	27,0%
Trigono Capital Ltda. (*)	8.736.700	6,6%
Demais acionistas	45.825.884	34,6%
Administradores	81.666	0,1%
Ações em tesouraria	1.372.659	1,0%
Total de ações em circulação	132.450.415	100,0%

(*) A quantidade de ações está baseada nas comunicações enviadas pelo acionista em conformidade com a Resolução 44 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Normativo Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daqueles constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado. Conforme comunicado ao mercado divulgado em 05 e 20 de janeiro de 2026, ocorreram alterações relevantes na composição acionária no início de 2026. A participação da Charles River Capital passou a representar 5,36% do capital social, enquanto a Trigono Capital passou a deter 4,98% das ações da Companhia. **b) Recupera de ações:** Em 14 de maio de 2025 encerrou o plano de recompra de ações, autorizado em 04 de dezembro de 2024 pelo Conselho de Administração da Companhia.

Posição em 31 de Dezembro de 2023

Posição em 31 de Dezembro de 2024

Posição em 31 de Dezembro de 2025

(i) Correspondem a recompras efetuadas no exercício com o objetivo de testar o plano de Incertivos de Longo Prazo (ILP). As recompras foram efetuadas conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração.

(ii) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo "Programa para a outorga de opções de compra de ações".

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 16.869.971,11.

c) Cancelamento de ações: Em 14 de julho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o cancelamento de 11.727.085 ações emitidas em tesouraria. O cancelamento foi realizado mediante compensação contra as reservas de investimentos, apresentada dentro das reservas de lucros, não resultando em redução do Capital Social. **d) Planos de incentivo de longo prazo:** O plano de incentivo de longo prazo da Companhia tem como objetivos principais: (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados; (ii) suportar o alinhamento de interesses dos beneficiários aos dos acionistas da Companhia; (iii) ampliar os níveis de comprometimento dos executivos com a geração de resultados sustentáveis; e (iv) reforçar o poder de retenção dos principais líderes da Companhia. Em abril de 2022, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações ao nível de presidente, vice-presidente, diretor e gerente da Companhia (Beneficiários), desde que atendidas determinadas condições de performance e de permanência, como Incentivos de Longo Prazo (ILP). A quantidade de unidades concedidas é resultado entre o montante bruto em reais convertidos pela média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) referente ao mês de março anterior à concessão. A quantidade de unidades a serem outorgadas serão divididas entre unidades de ações restritas e unidades de ações por performance, que será determinada pelo Conselho de Administração a cada outorga, bem como os conceitos e metodologias a serem utilizados no cálculo. Os Beneficiários têm direito as ações que lhes foram outorgadas após 3 anos contados a partir da data da outorga (*Vesting*), observado o atingimento dos critérios de cada outorga.

	dez/25	dez/24
Composição do capital social em quantidade de ações	Quantidade	%
Acionistas não controladores		
BNDES Participações S.A. – BNDES PAR.	40.645.370	30,7%
Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.	35.788.136	27,0%
Trigono Capital Ltda. (*)	8.736.700	6,6%
Demais acionistas	45.825.884	34,6%
Administradores	81.666	0,1%
Ações em tesouraria	1.372.659	1,0%
Total de ações em circulação	132.450.415	100,0%

(*) A quantidade de ações está baseada nas comunicações enviadas pelo acionista em conformidade com a Resolução 44 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Normativo Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daqueles constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado. Conforme comunicado ao mercado divulgado em 05 e 20 de janeiro de 2026, ocorreram alterações relevantes na composição acionária no início de 2026. A participação da Charles River Capital passou a representar 5,36% do capital social, enquanto a Trigono Capital passou a deter 4,98% das ações da Companhia. **b) Recupera de ações:** Em 14 de maio de 2025 encerrou o plano de recompra de ações, autorizado em 04 de dezembro de 2024 pelo Conselho de Administração da Companhia.

Posição em 31 de Dezembro de 2023

Posição em 31 de Dezembro de 2024

Posição em 31 de Dezembro de 2025

(i) Correspondem a recompras efetuadas no exercício com o objetivo de testar o plano de Incertivos de Longo Prazo (ILP). As recompras foram efetuadas conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração.

(ii) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo "Programa para a outorga de opções de compra de ações".

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 16.869.971,11.

c) Cancelamento de ações: Em 14 de julho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o cancelamento de 11.727.085 ações emitidas em tesouraria. O cancelamento foi realizado mediante compensação contra as reservas de investimentos, apresentada dentro das reservas de lucros, não resultando em redução do Capital Social. **d) Planos de incentivo de longo prazo:** O plano de incentivo de longo prazo da Companhia tem como objetivos principais: (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados; (ii) suportar o alinhamento de interesses dos beneficiários aos dos acionistas da Companhia; (iii) ampliar os níveis de comprometimento dos executivos com a geração de resultados sustentáveis; e (iv) reforçar o poder de retenção dos principais líderes da Companhia. Em abril de 2022, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações ao nível de presidente, vice-presidente, diretor e gerente da Companhia (Beneficiários), desde que atendidas determinadas condições de performance e de permanência, como Incentivos de Longo Prazo (ILP). A quantidade de unidades concedidas é resultado entre o montante bruto em reais convertidos pela média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) referente ao mês de março anterior à concessão. A quantidade de unidades a serem outorgadas serão divididas entre unidades de ações restritas e unidades de ações por performance, que será determinada pelo Conselho de Administração a cada outorga, bem como os conceitos e metodologias a serem utilizados no cálculo. Os Beneficiários têm direito as ações que lhes foram outorgadas após 3 anos contados a partir da data da outorga (*Vesting*), observado o atingimento dos critérios de cada outorga.

Posição em 31 de Dezembro de 2023

Posição em 31 de Dezembro de 2024

Posição em 31 de Dezembro de 2025

(i) Correspondem a recompras efetuadas no exercício com o objetivo de testar o plano de Incertivos de Longo Prazo (ILP). As recompras foram efetuadas conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração.

(ii) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo "Programa para a outorga de opções de compra de ações".

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 16.869.971,11.

c) Cancelamento de ações: Em 14 de julho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o cancelamento de 11.727.085 ações emitidas em tesouraria. O cancelamento foi realizado mediante compensação contra as reservas de investimentos, apresentada dentro das reservas de lucros, não resultando em redução do Capital Social. **d) Planos de incentivo de longo prazo:** O plano de incentivo de longo prazo da Companhia tem como objetivos principais: (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados; (ii) suportar o alinhamento de interesses dos beneficiários aos dos acionistas da Companhia; (iii) ampliar os níveis de comprometimento dos executivos com a geração de resultados sustentáveis; e (iv) reforçar o poder de retenção dos principais líderes da Companhia. Em abril de 2022, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações ao nível de presidente, vice-presidente, diretor e gerente da Companhia (Beneficiários), desde que atendidas determinadas condições de performance e de permanência, como Incentivos de Longo Prazo (ILP). A quantidade de unidades concedidas é resultado entre o montante bruto em reais convertidos pela média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) referente ao mês de março anterior à concessão. A quantidade de unidades a serem outorgadas serão divididas entre unidades de ações restritas e unidades de ações por performance, que será determinada pelo Conselho de Administração a cada outorga, bem como os conceitos e metodologias a serem utilizados no cálculo. Os Beneficiários têm direito as ações que lhes foram outorgadas após 3 anos contados a partir da data da outorga (*Vesting*), observado o atingimento dos critérios de cada outorga.

Posição em 31 de Dezembro de 2023

Posição em 31 de Dezembro de 2024

Posição em 31 de Dezembro de 2025

(i) Correspondem a recompras efetuadas no exercício com o objetivo de testar o plano de Incertivos de Longo Prazo (ILP). As recompras foram efetuadas conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração.

(ii) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo "Programa para a outorga de opções de compra de ações".

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 16.869.971,11.

c) Cancelamento de ações: Em 14 de julho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o cancelamento de 11.727.085 ações emitidas em tesouraria. O cancelamento foi realizado mediante compensação contra as reservas de investimentos, apresentada dentro das reservas de lucros, não resultando em redução do Capital Social. **d) Planos de incentivo de longo prazo:** O plano de incentivo de longo prazo da Companhia tem como objetivos principais: (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados; (ii) suportar o alinhamento de interesses dos beneficiários aos dos acionistas da Companhia; (iii) ampliar os níveis de comprometimento dos executivos com a geração de resultados sustentáveis; e (iv) reforçar o poder de retenção dos principais líderes da Companhia. Em abril de 2022, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações ao nível de presidente, vice-presidente, diretor e gerente da Companhia (Beneficiários), desde que atendidas determinadas condições de performance e de permanência, como Incentivos de Longo Prazo (ILP). A quantidade de unidades concedidas é resultado entre o montante bruto em reais convertidos pela média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) referente ao mês de março anterior à concessão. A quantidade de unidades a serem outorgadas serão divididas entre unidades de ações restritas e unidades de ações por performance, que será determinada pelo Conselho de Administração a cada outorga, bem como os conceitos e metodologias a serem utilizados no cálculo. Os Beneficiários têm direito as ações que lhes foram outorgadas após 3 anos contados a partir da data da outorga (*Vesting*), observado o atingimento dos critérios de cada outorga.

Posição em 31 de Dezembro de 2023

Posição em 31 de Dezembro de 2024

Posição em 31 de Dezembro de 2025

(i) Correspondem a recompras efetuadas no exercício com o objetivo de testar o plano de Incertivos de Longo Prazo (ILP). As recompras foram efetuadas conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração.

(ii) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo "Programa para a outorga de opções de compra de ações".

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 16.869.971,11.

c) Cancelamento de ações: Em 14 de julho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o cancelamento de 11.727.085 ações emitidas em tesouraria. O cancelamento foi realizado mediante compensação contra as reservas de investimentos, apresentada dentro das reservas de lucros, não resultando em redução do Capital Social. **d) Planos de incentivo de longo prazo:** O plano de incentivo de longo prazo da Companhia tem como objetivos principais: (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados; (ii) suportar o alinhamento de interesses dos beneficiários aos dos acionistas da Companhia; (iii) ampliar os níveis de comprometimento dos executivos com a geração de resultados sustentáveis; e (iv) reforçar o poder de retenção dos principais líderes da Companhia. Em abril de 2022, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações ao nível de presidente, vice-presidente, diretor e gerente da Companhia (Beneficiários), desde que atendidas determinadas condições de performance e de permanência, como Incentivos de Longo Prazo (ILP). A quantidade de unidades concedidas é resultado entre o montante bruto em reais convertidos pela média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) referente ao mês de março anterior à concessão. A quantidade de unidades a serem outorgadas serão divididas entre unidades de ações restritas e unidades de ações por performance, que será determinada pelo Conselho de Administração a cada outorga, bem como os conceitos e metodologias a serem utilizados no cálculo. Os Beneficiários têm direito as ações que lhes foram outorgadas após 3 anos contados a partir da data da outorga (*Vesting*), observado o atingimento dos critérios de cada outorga.

Posição em 31 de Dezembro de 2023

Posição em 31 de Dezembro de 2024

Posição em 31 de Dezembro de 2025

(i) Correspondem a recompras efetuadas no exercício com o objetivo de testar o plano de Incertivos de Longo Prazo (ILP). As recompras foram efetuadas conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração.

(ii) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo "Programa para a outorga de opções de compra de ações".

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 16.869.971,11.

c) Cancelamento de ações: Em 14 de julho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o cancelamento de 11.727.085 ações emitidas em tesouraria. O cancelamento foi realizado mediante compensação contra as reservas de investimentos, apresentada dentro das reservas de lucros, não resultando em redução do Capital Social. **d) Planos de incentivo de longo prazo:** O plano de incentivo de longo prazo da Companhia tem como objetivos principais: (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados; (ii) suportar o alinhamento de interesses dos beneficiários aos dos acionistas da Companhia; (iii) ampliar os níveis de comprometimento dos executivos com a geração de resultados sustentáveis; e (iv) reforçar o poder de retenção dos principais líderes da Companhia. Em abril de 2022, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações ao nível de presidente, vice-presidente, diretor e gerente da Companhia (Beneficiários), desde que atendidas determinadas condições de performance e de permanência, como Incentivos de Longo Prazo (ILP). A quantidade de unidades concedidas é resultado entre o montante bruto em reais convertidos pela média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) referente ao mês de março anterior à concessão. A quantidade de unidades a serem outorgadas serão divididas entre unidades de ações restritas e unidades de ações por performance, que será determinada pelo Conselho de Administração a cada outorga, bem como os conceitos e metodologias a serem utilizados no cálculo. Os Beneficiários têm direito as ações que lhes foram outorgadas após 3 anos contados a partir da data da outorga (*Vesting*), observado o atingimento dos critérios de cada outorga.

NOTAS EXPLICATIVAS

Tabela demonstrativa da deliberação em 2024 com o pagamento dos dividendos em 2025:

Data de deliberação	Forma	Valor Bruto	Valor por ação	Valor líquido	Data de pagamento
04.12.24	JSCP	190.000	1.302,28	176.612	15.01.25
		190.000	1.302,28	176.612	

27. RECEITAS

Abaixo apresentamos a conciliação das receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Receita bruta para fins fiscais	3.806.470	4.458.154
Receitas e abatimentos	(138.319)	(88.394)
Devoluções líquidas de devoluções e abatimentos	3.668.151	4.369.760
Impostos sobre vendas	(291.322)	(327.340)
Receitas	3.376.829	4.042.420
Receitas	1.203.007	1.368.120
Receitas	2.173.822	2.674.300
Receitas líquidas	3.376.829	4.042.420

28. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo, apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza, conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Materia prima e materiais de processo	(1.603.789)	(1.870.163)
Salários, encargos e participação nos resultados	(724.835)	(795.354)
Benefícios sociais	(115.825)	(107.401)
Energia elétrica	(128.284)	(156.281)
Fretes e comissões sobre vendas	(108.444)	(176.112)
Honorários da administração	(29.658)	(27.384)
Outros custos	(57.414)	(47.333)
Depreciação e amortização	(2.839.659)	(3.185.819)
Custo dos produtos vendidos	(148.658)	(219.918)
Despesas administrativas	(252.798)	(298.282)
Total de custos e despesas	(3.241.165)	(3.642.019)

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Resultado financeiro	3.376.829	4.042.420
Passivos financeiros ao custo amortizado	(323.404)	(329.362)
Amortização custo debêntures	(1.599)	(6.350)
Prêmio de emissão	(16.201)	(410)
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	(43.116)	34.752
Empréstimos	(5.516)	(81.085)
Operação de swap	(37.600)	115.837
Outras despesas financeiras	(30.420)	(32.175)
Total das despesas financeiras	(396.940)	(326.785)
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(1.973)	(580)
Investimentos em instrumentos patrimoniais	3.073	(590)
Ativo financeiro	1.079	1.373
Ativo líquido	3.073	1.373

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Venda crédito prêmio IPI (a)	173.500	(9.500)
Constituição e atualização de provisões (nota 24)	(72.796)	(50.994)
Combinação de negócios (b)	(46.496)	-
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(1.379)	526
Gastos com reestruturações (c)	(12.891)	(22.816)
Redução ao valor realizável estimados (nota 5)	-	(39.895)
Impairment imobilizado (nota 13)	(324.	

NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores de contas a receber de clientes apresentam as seguintes classificações de risco:

- Risco baixo, clientes do segmento de componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização, exatidão clientes que já apresentaram perdas históricas.
- Risco moderado, clientes do segmento de distribuição, exatidão clientes que já apresentaram perdas históricas.
- Risco alto, clientes que possuem saldos provisionados e perdas históricas. Os outros ativos financeiros mantidos pela Companhia são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

38.2. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração deste risco é a manutenção de caixa mínimo. Esse montante é calculado com base na projeção de dois meses de pagamento a fornecedores, salários, encargos, obrigações tributárias, descontando recebimentos futuros em 50% para o mesmo período. Além disso, o cálculo inclui o saldo de empréstimos de curto prazo e marcação a mercado dos instrumentos derivativos. A Administração da carteira de aplicações financeiras da Companhia segue critérios que estabelecem limites máximos de concentração em instituições financeiras, levando em consideração tanto seus ratings globais quanto locais. A Companhia é contratante em alguns contratos de financiamento que exigem a manutenção de índices financeiros, ou o cumprimento de outras cláusulas específicas. As principais operações, os *Senior Unsecured Notes* emitidos em 2021 e as debêntures emitidas em julho de 2024, exigem que a Companhia atenda a índice financeiro Divida Líquida sobre EBITDA Ajustado (12 meses). Caso não seja cumprido, pode impor restrições, as quais estão detalhadas na nota 17h. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

Consolidado	Fluxo de caixa contratual					
	Valor	6 meses	6 a 12	1 a 2	2 a 5	Mais que
Passivos financeiros	contábil	ou menos	meses	anos	anos	anos
Financiamentos e empréstimos	2.492.634	76.357	75.462	129.366	603.521	2.131.240
Fornecedores, títulos a pagar e outros	1.362.033	1.362.033	-	-	-	1.362.033
Debitantes	1.602.082	118.539	113.774	229.341	1.530.099	782.174
Dividendos a pagar	335	335	-	-	-	335
Instrumentos financeiros derivativos	1.830	1.830	-	-	-	1.830
Total	5.458.914	1.559.094	190.236	358.707	2.133.620	2.893.414

Não se espera que os fluxos de caixa, considerados nas análises de maturidade da Companhia, ocorram significativamente mais cedo ou em quantidades consideravelmente diferentes. Ademais, a Companhia demonstra uma geração de caixa suficiente para atender às obrigações de pagamentos futuras.
38.3. Risco de mercado: As políticas econômicas das principais economias do mundo e do Governo Federal Brasileiro podem ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, inclusive sobre a Companhia. Considerando a natureza dos negócios e operações e o nível de exportação e distribuição das vendas por mercado, as vendas, as receitas e, consequentemente, a lucratividade da Companhia, poderão ser impactadas tanto pelas alterações nas políticas comerciais dos Estados Unidos e México, mesmo que indiretamente, quanto pela manutenção de uma taxa de juros elevada, o que impacta na redução do custo de bens de capital. A reforma tributária brasileira, estruturada no modelo de IVA Dual (CBS e IBS), visa promover a simplificação do sistema ao eliminar a cumulatividade de tributos, com expectativa de aumentar a competitividade e desonerar exportações e investimentos. Apesar dos benefícios, a transição cria riscos relevantes para a Companhia, especialmente na gestão do fluxo de caixa, em função do *split payment*, e a necessidade de adequação tecnológica dos sistemas corporativos. Além disso, há ainda a dependência de regulamentações complementares que precisam ser divulgadas de forma clara e no tempo adequado. A Companhia implementou um plano de transição envolvendo atualização de sistemas (ERP), capacitação das equipes e revisão dos processos internos, buscando mitigar riscos operacionais e financeiros e assegurar conformidade ao novo modelo tributário. Os principais fatores de risco de mercado são quais a Companhia está exposta estão relacionadas a Taxa de Câmbio, Taxa de Juros, Inflação dos principais índices, Risco de Crédito e Risco de Liquidez. A Companhia atua, administrando suas exposições e estes fatores, mantendo-os dentro de parâmetros aceitáveis de forma a otimizar o retorno.
Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia. Os instrumentos financeiros com taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de oscilação do fluxo de caixa e os pré-fixados a

expõem ao risco de valor justo, podendo a Companhia utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A abertura dos instrumentos financeiros entre variável e fixo está demonstrada abaixo:

Consolidado	Nota explicativa	dez/25		dez/24	
		(1.000.257)	(888.968)	(1.000.257)	(888.968)
Instrumentos de taxa variável					
Ativos financeiros	3	968.073	1.172.691	-	-
Passivos financeiros	17 e 18	(1.968.330)	(2.061.679)	-	-
Instrumentos de taxa fixa					
Ativos financeiros	3	895.083	1.203.512	-	-
Passivos financeiros	17	(2.126.386)	(2.708.633)	-	-

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros variável: A Companhia possui aplicações financeiras expostas à variação do CDI e instrumentos de dívida expostos tanto à variação do CDI, e em pequena proporção, a TJLP. A oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados pela oscilação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta.

Risco da taxa de juros	Consolidado				

Instrumentos de taxa variável	Risco	Cenários				
		Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%

Em Reais

Aplicações	Taxa de juros (CDI - % a.a.)	14,90	12,40	15,50	18,60	9,30	6,20
Ativos financeiros		968.073	968.073	968.073	968.073	968.073	968.073
Impacto potencial		21.063	26.700	53.399	(27.457)	(56.517)	-

Empréstimos e financiamentos

Taxa de juros (CDI - % a.a.)	14,90	12,40	15,50	18,60	9,30	6,20
Passivos financeiros		(1.968.330)	(1.968.330)	(1.968.330)	(1.968.330)	(1.968.330)
Impacto potencial		-	42.827	(54.227)	(108.573)	55.626

Risco de moeda: A Controladora e suas subsidiárias brasileiras possuem moeda funcional Real e estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente do Real. As subsidiárias mexicanas estão sujeitas ao risco de moeda nos custos e despesas denominados em moeda diferente da sua moeda funcional, o Dólar norte americano. As transações da Controladora em moeda estrangeira são predominantemente denominadas em Dólar norte americano e as transações da subsidiária no México, sujeitas ao risco de moeda, são predominantemente denominadas em Peso mexicano. Adicionalmente, dada a relevância das operações da Companhia no México, a variação do Peso mexicano tem impacto também no cálculo do imposto sobre a renda, haja visto que a variação cambial líquida proveniente dos ativos e passivos monetários em Dólar norte americano impacta diretamente a base de cálculo desse imposto. (nota 31). A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre dívidas, aplicações financeiras, contas a receber, receitas de exportações em moeda estrangeira, operações com derivativos e o hedge de investimento líquido no exterior. A exposição da Companhia, considerando as controladas que utilizam o Real (R\$) como moeda funcional, está demonstrada a seguir:

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria, nos quais utilizamos o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, incluíram, mas não se limitaram a: (i) se as premissas significativas como determinação do período projetivo, crescimento da receita, e gastos operacionais, utilizadas pela Companhia para estimar os lucros tributáveis futuros, são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (ii) se os orçamentos utilizados para fins de projeções são aqueles aprovados pela Administração da Companhia; e (iii) se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a realização dos créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social reconhecidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado: Veja a Nota 2.4.c e 13.b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria: A Companhia reconheceu, em 2025, perda por *impairment* no montante de R\$ 324.711. Este ajuste é decorrente do teste de recuperabilidade dos ativos da planta localizada em Betim, Minas Gerais. Para teste anual de redução ao valor recuperável, a Companhia estimou o valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC), na qual seus ativos estão alocados. A determinação do valor recuperável da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, e envolve o uso de certas premissas significativas. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável da UGC que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria, nos quais utilizamos o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, incluíram, mas não se limitaram a: (i) se a estimativa do valor recuperável da UGC, relacionada à planta industrial de Betim, Minas Gerais, foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável UGC são fundamentadas em dados aprovados pela Administração e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões; (iv) se as divulgações, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os ajustes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS DA TUPY - EXERCÍCIO SOCIAL 2025

Regimento Interno. Dentro da função de supervisão, entre os diversos processos operacionais da Companhia que monitora, o Comitê tem sob responsabilidade a revisão dos procedimentos contábeis para a elaboração e publicação das demonstrações financeiras auditadas. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos, de Controles Internos, de Compliance e da Auditoria Independente, de verificações através de visitas às distintas unidades da Companhia, no âmbito de suas atribuições, valendo-se, sempre que necessário, da opinião de especialistas externos. Ainda, de acordo com o seu Regimento Interno, o Comitê conta com autonomia operacional e dotação orçamentária, proposta pelo Comitê e aprovada pelo Conselho de Administração, podendo determinar a contratação de serviços de consultores, bem como outros recursos que sejam necessários ao desempenho de suas funções.

Reuniões Realizadas: No período que compreende o presente relatório, o Comitê realizou 11 (onze) reuniões em 2025 e 3 (três) em 2024, entre ordinárias e extraordinárias, nas quais foram apreciados, ao todo, 106 (cento e seis) itens de pauta, com duração média de 5h41min por reunião. Seus membros interagem ainda com a administração em diversas ocasiões em preparos e *follow ups* dos assuntos sob escopo do Comitê. Houve, adicionalmente, participação do Conselho Fiscal em uma reunião do Comitê, que examinou as Informações Financeiras Trimestrais do 3º Trimestre de 2025, bem como a realização de 2 reuniões entre o Coordenador do Comitê e o Presidente do Conselho Fiscal, nas quais foram discutidas iniciativas de coordenação e alinhamento dos trabalhos entre os dois órgãos, visando à otimização das agendas e à mitigação de sobreposição de demandas. A Secretaria de Governança Corporativa assessora os trabalhos do Comitê, tendo registrado 137 solicitações, das quais 99 foram atendidas, 03 foram canceladas e 35 encontram-se dentro do prazo pactuado para atendimento.

Ano	Mês	Dia	
2025	Abril	23	
		Maio	08
	Junho	25	
	Julho	24	
	Agosto	06 e 27	
	Setembro	25	
	Outubro	13 e 30 ¹	
	Novembro	26	
	Dezembro	18	
	2026	Janeiro	22
		Fevereiro	26
		Março	16

¹ Reunião realizada em conjunto com os membros do Conselho Fiscal

Principais temas tratados e recomendações dadas pelo Comitê em 2025: O Comitê de Auditoria e Riscos possui Plano de Trabalho definido anualmente, priorizando os temas de maior relevância relacionados às suas atribuições, sendo igualmente incorporadas solicitações e demandas advindas do próprio Comitê ou do Conselho de Administração. O Plano de trabalho de 2025 foi aprovado em 27 de fevereiro de 2025 pelo Conselho de Administração e foi cumprido integralmente, sendo que as principais atividades e questões tratadas envolveram os seguintes temas:

(1) Controladoria, gestão financeira e monitoramento de indicadores: Considerando os desafios da Companhia em 2025, o Comitê debteu-se sobre os indicadores de gestão financeira críticos para a recuperação dos resultados da companhia, com foco na revisão de controles internos e melhoria das ferramentas de gestão. Durante o exercício a Tupy controu uma nova liderança para a área de Controladoria, e o Comitê interagiu intensamente com o novo Diretor no sentido de colaborar com a identificação de prioridades e necessidades da companhia. Neste sentido, as principais atividades incluíram:

- Acompanhamento mensal das variações nas rubricas de ativos, passivos, de resultado, caixa, níveis de endividamento e *covenants*, com evolução do formato, objetividade e assertividade do acompanhamento
- Recomendações dentro do processo de renegociação de *covenants* da dívida.
- Análise e manifestação sobre o conteúdo das Informações Financeiras Trimestrais, Balanços Especiais para acionista coligado à luz dos artigos 248 e 249 da Lei 6.404/76, respectivas Notas Explicativas e leitura da minuta do Relatório da Administração, além dos *earnings releases* para o mercado.
- Análise e discussão da minuta das Demonstrações Financeiras Anuais e respectivas notas explicativas, incluindo as informações trimestrais, bem como do relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- Análise das transações com partes relacionadas e cumprimento das obrigações *intercompanias*.
- Análise dos compromissos atuariais decorrentes do plano de previdência privada por benefício definido existente para os profissionais localizados nas subsidiárias mexicanas e da combinação de negócios com a subsidiária MMW.
- Análise dos valores, variações e critérios de contabilização das contingências administrativas e judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias).
- Avaliação dos testes de *impairment* dos ativos e de índices de recuperabilidade dos ativos intangíveis.
- Avaliação da capacidade de realização de impostos diferidos (a recuperar) – estaduais e federais.
- Análise das informações relacionadas ao cumprimento das obrigações tributárias.
- Análise das aplicações de seguro, seus valores e coberturas.
- Análise dos critérios para o tratamento contábil dos créditos

de 2026, ambos sem ressalvas, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina que os documentos e informações referidas acima, bem como as propostas da Administração relativas à destinação do resultado do exercício, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Joinville/SC, 19 de março de 2026.

João Augusto Monteiro
Presidente do Conselho Fiscal
Francisco Ferreira Alexandre
Membro Titular do Conselho Fiscal
Tiago Cesar dos Santos
Membro Titular do Conselho Fiscal

Controladora	Exposição líquida com impacto no resultado	Nota explicativa	dez/25	dez/24
Ativo			511.271	620.342
Caixa e equivalentes de caixa no exterior			3	26.424
Clientes no mercado externo			4	484.847
Outros valores			-	563.271
			-	27.184
Passivo			(66.491)	(52.215)
Empréstimos em moeda estrangeira			17	(1.670.265)
Hedge de investimento líquido no exterior				1.362.543
Contratos de swap				265.524
Outros valores				(24.293)

Exposição líquida com impacto no resultado

Em US\$ mil	44.780	568.127
Em US\$ mil	70.788	82.272
Em EUR mil	8.545	9.116

A exposição da Companhia, considerando as suas controladas está demonstrada a seguir:

Subsidiárias	Cenários				

Exposição líquida com impacto no resultado

Em R\$ mil	44.780	568.127
Em US\$ mil	70.788	82.272
Em EUR mil	8.545	9.116

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial, exceto derivativos: Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável orçado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Controladora	Cenários				
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial dos derivativos: Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio em relação aos derivativos contratados, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável orçado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS DA TUPY - EXERCÍCIO SOCIAL 2025

forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar essa falta. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como ob-

temos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou os salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por suas consequências adversas de tal comunicação podam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Edson Rodrigues das Costa
Controlador CRC PR-054199/O-0

Controladora	Cenários				
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%

Taxa do Dólar

Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
5.5024	5.536	6.880	8.250	4.130	2.750
24.557	25.316	39.916	162.793	144.341	113.720

Controladora

Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
5.5024	5.500	6.880	8.250	4.130	2.750

Taxa do Peso Mexicano

Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
18.012	19.230	24.040	28.850	14.420	9.620
720	6.720	7.353	13.444	10.834	38.055
3.364	1.520	30.589	110.911	44.619	104.679

Subsidiárias

Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
18.012	19.230	24.040	28.850	14.420	9.620
720	6.720	7.353	13.444	10.834	38.055
3.364	1.520	30.589	110.911	44.619	104.679

Taxa do Dólar

Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
-----------	----------	------	------	------	------

...continuação

CAE - Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário - Distribuição Anual de Atividades 2026/2027																	
Item	Assunto	Natureza	2026										2027				
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
1 Governança																	
a	Planejamentos das atividades do CAE	Interno															
b	Exame das atas dos órgãos de governança	Interno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
c	Exame das correspondências de órgãos reguladores	Interno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
d	Reporte de matérias analisadas no CAE para o Conselho de Administração	Interno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
e	Auto Avaliação do CAE	Manifestação				X											
f	Atualização sobre alterações legislativas e normas regulamentadoras	Interno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
g	Proposta de orçamento anual do CAE	Manifestação															
h	Relatório Anual para subsídio do CA	Manifestação				X											X
2 Controladoria Contábil, Fiscal e Industrial			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
a	DFs anuais, Relatório da Administração, Notas Explicativas, Releases de resultados e Cartas de representação (Controladoria / RI / Auditoria Independente)	Manifestação			X												X
b	ITRs, Releases de resultados e Cartas de representação (Controladoria / RI / Auditoria Independente)	Manifestação					X			X							X
c	DFs especiais - acionista BNDESPAR (Controladoria / Auditoria Independente)	Manifestação					X						X				X
d	Teste de <i>impairment</i> dos ativos e de indícios de recuperabilidade dos ativos intangíveis - Estudo Técnico dos Créditos Fiscais Diferidos (Controladoria)	Manifestação			X								X				X
e	Orçamento e Plano Plurianual (CFO)	Acompanhamento											X				
f	Formulário de Referência - revisão dos Itens 4 e 5	Manifestação					X										
g	Avaliação das apólices de seguros contratadas (Financeiro)	Acompanhamento											X				
h	Análise atuarial das obrigações relacionadas a "planos previdenciários"	Acompanhamento				X											X
i	Acompanhamento dos indicadores de desempenho mensal	Acompanhamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
j	Verificação da adequação das informações de ordem tributária e certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais	Acompanhamento			X					X							X
k	Acompanhamento das Transações com Partes Relacionadas e cumprimento das obrigações intercompanias	Acompanhamento					X			X			X				X
l	Exame do Relatório de Controles Internos do Auditor Independente (com manifestações da Administração)	Acompanhamento					X					X					X
m	Acompanhamento da posição dos créditos que se encontram em discussão a título de (i) disputas comerciais/preços, e (ii) disputas de qualidade	Acompanhamento					X					X					X

CAE - Relatório Anual - 2025/2026 - ANEXO I

CAE - Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário - Distribuição Anual de Atividades 2026/2027																	
Item	Assunto	Natureza	2026												2027		
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
3 Auditoria Independente																	
a	Conhecimento do Plano Anual de Trabalho	Acompanhamento					X										
b	Exame dos trabalhos de auditoria das DFs anuais do exercício anterior	Acompanhamento			X												X
c	Exame dos trabalhos de auditoria sobre os ITRs	Acompanhamento					X			X							
d	Exame dos trabalhos de auditoria sobre as DFs especiais (acionista BNDESPAR)	Acompanhamento							X						X		
e	Esclarecimentos sobre o Relatório de Controles Internos (se necessário)	Acompanhamento					X								X		
4 Auditoria Interna			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
a	Plano de Trabalho e Orçamento anual - exame e manifestação ao CA	Manifestação											X	X			
b	Relatórios e follow-up dos pontos de auditoria	Acompanhamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
c	Status de Investigações em andamento	Manifestação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
d	Avaliação da área de Auditoria Interna (metas)	Manifestação	X														X
e	Definição de metas e indicadores de desempenho para o exercício	Manifestação	X														X
5 Gestão de Riscos e Controles Internos			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
a	Follow up do Mapeamento de Controles Internos	Acompanhamento			X		X			X			X				X
b	Atualização periódica dos parâmetros de "apetite" e "tolerância" ao risco	Manifestação				X							X				X
c	Atualização do Mapa de riscos corporativos	Manifestação	X		X		X		X	X		X	X		X		X
d	Avaliação do Plano de Ações com "risk owners" e "process owners"	Acompanhamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
6 Compliance			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
a	Recebimento do board book de compliance	Acompanhamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
b	Indicadores do Sistema Ética e Conduta (Compliance) e monitoramento de casos relevantes (quando houver) via Canal de Denúncia (Comitê de Ética e Conduta)	Acompanhamento	X		X		X		X		X		X		X		X
c	Ações de Ética e Compliance (Pacto Brasil, Novo Código de Ética, outras ações)	Acompanhamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
d	Monitoramento de Transações com Partes Relacionadas	Acompanhamento					X					X					
e	Avaliação da área de Compliance (metas)	Manifestação	X						X								X
f	Definição de metas e indicadores de desempenho para o exercício	Manifestação	X														X
g	Proposta de orçamento para a área de Compliance - análise e manifestação para o CA	Manifestação												X	X		
7 Jurídico			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
a	Contingências Jurídicas (Tributárias, trabalhistas e cíveis)	Acompanhamento		X			X				X			X			X
b	Acompanhamento das atividades administrativas/operacionais da subsidiária holandesa	Acompanhamento			X												X
c	Follow up operações com creditamento ICMS	Acompanhamento			X				X					X			X
8 Tecnologia e Segurança da Informação			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
a	Integridade e segurança dos Sistemas de informação	Acompanhamento						X						X			X
b	Acompanhamento da governança da utilização de Inteligência Artificial	Acompanhamento			X							X					X

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 20/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/20/TUPY1588252920032026.pdf>

Hash: 1773948601efb1b05336a74f409b200239d0850c61